



Entregável

---

## **D2.3 Compêndio de diretrizes para o desenvolvimento dos planos de ação social**

O projeto recebeu financiamento do SMP da União Europeia  
programa sob o Contrato de Doação nº 101074094

*Número de entrega: D2.3*

*Data de vencimento: 30 de junho de 2023*

*Natureza: Relatório*

*Nível de divulgação: Público*

*Pacote de Trabalho: WP2*

*Beneficiário Principal: ENSIE*

*Beneficiários contribuintes: todos os parceiros do projeto*

*Data de entrega real: 30 de junho de 2023*

*Versão: v.1*

<b>Página de controle de arquivo</b>	
<b>Nome da entrega</b>	Compêndio de diretrizes para o desenvolvimento dos planos de ação social
<b>O Criador</b>	ENSIE
<b>Descrição</b>	Relatório
<b>Contribuição</b>	Todos os parceiros do projeto
<b>Data de criação</b>	21/06/2023
<b>Tipo</b>	Relatório
<b>Linguagem</b>	Inglês
<b>Nível de Disseminação</b>	<input type="checkbox"/> Sensível <input checked="" type="checkbox"/> Público
<b>Status da revisão</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Líder WP aceito



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## História

Versão	Data	Status	Parceiro	Descrição
1,0	09/06/2023	Rascunho	ENSIE	Primeiro rascunho proposto aos parceiros
1.1	20/2023	Rascunho	Parceiro do projeto	Revisão e feedback dos parceiros
2.0	21/06/2023	Final	ENSIE	Versão final



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

*lista de abreviações*

<b>Siglas</b>	<b>Significado</b>
SÁBIOS	Integração Laboral de Empreendimentos Sociais
SRPP	Contratações Públicas Socialmente Responsáveis



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1. Sobre o projeto .....	6
1.2. Objetivos .....	6
<b>2. AÇÕES RECOMENDADAS .....</b>	<b>7</b>
2.1. Desenvolvimento de redes e parcerias .....	7
2.2. Recursos humanos .....	8
2.3. Apoio público .....	9
2.4. Conscientização .....	11
2.5. Sustentabilidade .....	12
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>13</b>



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## 1. Introdução

### 1.1. Sobre o projeto

A pandemia da COVID-19 contribuiu para aumentar os desafios econômicos e sociais já existentes em todas as regiões e comunidades urbanas. Ela exacerbou as desigualdades pré-existentes, tendo um forte impacto socioeconômico desigual que provavelmente será pior para grupos discriminados ou vulneráveis. O projeto envolve um consórcio transnacional de administrações públicas locais, organizações de economia social e partes interessadas visando contextos urbanos internos que atualmente enfrentam desafios sociais, econômicos e de saúde como consequências do COVID-19.

O objetivo do projeto é aumentar a capacidade das administrações públicas locais, organizações de economia social e sociedade civil para promover a mudança social e aumentar as condições para que a economia social cumpra o seu potencial de contribuir para um crescimento comunitário resiliente, inclusivo e sustentável.

### 1.2. Objetivos

O objetivo do projeto BREED é co-desenvolver modelos, estratégias e planos de negócios comunitários regenerados com base na economia social, governança público-privada e engajamento de várias partes interessadas para fortalecer a capacidade e a resiliência das administrações públicas locais, organizações sociais e civis sociedade. Para atingir este objetivo, o projeto propõe um compêndio de diretrizes para o desenvolvimento de planos locais de ação social. Este compêndio de orientações dirige-se especificamente às autoridades regionais e locais, mas também a qualquer organização do setor privado que pretenda implementar medidas, iniciativas e ações com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais sustentável, resiliente e inclusiva. Ele apoiará a promoção e o desenvolvimento da economia social e suas organizações, como empresas sociais, integração no trabalho de empresas sociais (WISEs) <sup>1</sup>, etc.

Assim, neste documento serão elencadas e explicadas várias e diferentes medidas e ações de dinamização da economia social nas comunidades europeias com vista a encontrar alternativas aos vários desafios e atingir o objectivo inicialmente definido. De fato, este documento orientará os

---

<sup>1</sup>As empresas sociais de integração laboral – WISEs definem-se por três pilares identificadores: são empresas que têm como principal objetivo a integração social e profissional de pessoas desfavorecidas; estão no centro do sistema económico, desenvolvendo o seu próprio negócio e apresentam uma forte dimensão pedagógica.



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

diferentes atores dos setores público e privado a trabalharem juntos e adotarem tais iniciativas para alcançar uma sociedade mais igualitária, inclusiva e resiliente.

Esta lista de ações a serem desenvolvidas pelos dois setores responde aos desafios e necessidades identificados no relatório D2.1 Coleta e análise de dados para análise preliminar do contexto de referência. Com efeito, vários desafios foram identificados conjuntamente pelos setores público e privado que são conhecidos como: burocracia, falta de conhecimento sobre a economia social com falta de oportunidades de trabalho neste domínio, falta de desenvolvimento de parcerias e networking, falta de recursos humanos e recursos financeiros principalmente provenientes de financiamento público e falta do uso de compras públicas socialmente responsáveis. Como resultado, uma série de necessidades emergem da identificação desses desafios. Este documento responderá então a estes desafios e necessidades, oferecendo uma lista de medidas e iniciativas a empreender. De facto, ambos os setores podem desempenhar um papel fundamental na promoção e desenvolvimento da economia social. Dependendo de suas atividades e competências, eles podem gerar um impacto positivo em suas comunidades em diferentes áreas, como agricultura social, habitação social, empreendedorismo social, esporte, educação, inclusão verde e digital.

## 2. Ações Recomendadas

As ações, medidas e iniciativas para a criação e desenvolvimento de planos de ação social são elencadas de acordo com estes 5 elementos seguintes: networking e desenvolvimento de parcerias, recursos humanos, apoio público, sensibilização e por fim sustentabilidade.

### 2.1. Desenvolvimento de networking e parcerias

Os atores da economia social e as autoridades locais enfatizam a importância do trabalho em rede e da parceria entre os setores público e privado, mas também entre várias partes interessadas no setor privado. Para alcançá-lo, algumas ações cruciais precisam ser adotadas nos níveis local e regional:

- **Mapeamento dos atores da economia social** para identificar os atores existentes e potenciais (eg, empresários, organizações sem fins lucrativos, etc.) ativos nos territórios, a fim de facilitar a comunicação entre eles e desenvolver a cooperação. Permitirá chegar a representantes dos atores da economia social por setor de intervenção e afiliação geográfica. O mapeamento pode ser feito através da criação de uma plataforma online como um banco de dados. Se uma



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

base de dados já é utilizada pelas administrações públicas, esta deve ser atualizada de acordo com novos critérios relevantes para a economia social, como objetivos sociais, metas ambientais, integração laboral de grupos vulneráveis, etc.

- **Criação e organização de grupos locais** de acordo com o setor de atividade e filiação geográfica facilitar o diálogo entre o setor privado e também entre os setores público e privado. Por meio dessas sessões, as partes interessadas poderão se conectar melhor, trocar conhecimentos, construir um entendimento comum sobre suas necessidades e dificuldades e descobrir iniciativas e soluções. Essas sessões também apoiarão a criação de relacionamentos de longo prazo. Pode ser elaborado um calendário específico envolvendo ambos os setores para propor datas com um determinado tema (por exemplo, agricultura social, habitação social) para cada sessão sobre economia social.
- **Organização de eventos mútuos** para desenvolvimento e reforço de parcerias e capacitação e apresentação de boas práticas. A maioria das associações a nível local e regional precisam de se desenvolver e aumentar a sua visibilidade. Ao apresentar suas ações, as partes interessadas de ambos os setores facilitarão a cooperação e a divulgação de suas atividades e resultados.
- **A assinatura do Termo de Compromisso** pode permitir uma cooperação de longo prazo entre as partes interessadas de estruturas públicas e privadas. Ele permitirá um envolvimento mais formal, explicando uma série de ações que o órgão privado/público está se comprometendo a realizar para contribuir para uma comunidade mais sustentável, inclusiva e resiliente.

## 2.2. Recursos Humanos

Os recursos humanos são um fator significativo no funcionamento interno e externo de qualquer organização/negócio, uma vez que desempenham um papel importante, nomeadamente na participação em diversas ações e operações no seio da estrutura. Assim, as relações humanas, ligadas à confiança mútua entre as partes interessadas, e o desenvolvimento de competências são os dois principais pontos apontados pelos representantes dos dois setores.



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

- **Fortalecer a confiança entre os setores público e privado** por meio de atividades de aprendizado mútuo, como workshops, sessões de brainstorming ou o co-desenho de algumas iniciativas. Os municípios podem lançar um convite aberto para solicitar o apoio de organizações sem fins lucrativos, setores, entidades da economia social e organizações da sociedade civil, para acordar e/ou implementar atividades conjuntamente.
- **Fornecer treinamentos específicos para melhorar as competências dos funcionários** que trabalham nos setores público e privado para reforçar o desenvolvimento de habilidades (por exemplo, habilidades digitais, soft skills, habilidades técnicas). Uma avaliação de necessidades em cada comunidade pode ser realizada por meio de uma colaboração entre os setores público e privado para identificar e entender as habilidades necessárias. Assim, as autoridades públicas, com o apoio do setor privado, podem recolher dados para reconhecer as lacunas e necessidades de competências, através de um inquérito/questionário, dirigido a grupos-alvo específicos. Então, um calendário público ou um site poderia ser usado para envolver ativamente vários stakeholders (por exemplo, associações e autoridades públicas), que podem propor temas para treinamentos com várias opções de datas para garantir que várias organizações possam se beneficiar desta oportunidade.

### 2.3. Suporte público

O apoio das autoridades locais e regionais pode ser financeiro, jurídico e/ou administrativo. Os atores da economia social enfrentam desafios quando se trata de receber apoio financeiro das autoridades públicas e, por vezes, as necessidades não são bem atendidas. Assim, melhorar o acesso ao financiamento público é uma necessidade para assegurar o desenvolvimento da economia social a nível local.

- **Apoio financeiro direto através de bolsas** dedicadas a atores e atividades da economia social. Anualmente, o município pode lançar um concurso para atores da economia social apresentarem um projeto para aumentar o desenvolvimento local através da promoção do mercado business-to-business (B2B) entre empresas mainstream/autoridades públicas e entidades da economia social, gestão da diversidade e inclusão social, desenvolvimento de habilidades (por exemplo, qualificação e requalificação), etc.



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

- **contratos públicos <sup>2</sup>socialmente responsáveis (SRPP) e contratos reservados** para oferecer possibilidades às entidades da economia social de participar ativamente no mercado, oferecendo serviços, bens e produtos. De fato, os municípios, por meio do uso de compras públicas, poderiam enfatizar a importância dos critérios sociais e ambientais para impulsionar a compra sustentável. Ao incluir cláusulas sociais nos contratos públicos, os municípios apoiariam o emprego e a empregabilidade de pessoas desfavorecidas, conforme destacado no [guia Comprar social](#), publicado pela Comissão Europeia em 2021. No que diz respeito aos contratos reservados, os municípios podem garantir contratos específicos para o social entidades da economia para fornecer os bens, serviços e produtos. Os contratos reservados oferecem oportunidades concretas de financiamento, pois apoiam a integração no trabalho de grupos vulneráveis e a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Bons exemplos podem ser encontrados na [base de dados ENSIE sobre mercados reservados](#).
- **Implementação do orçamento participativo** para iniciativas e projetos relacionados com a economia social. As autoridades locais e regionais podem propor a iniciativa de orçamento participativo às comunidades. Assim, definem anualmente um orçamento específico e permitem a participação dos cidadãos e das organizações na proposição e seleção de projetos de desenvolvimento local com base nos princípios e objetivos da economia social. Desta forma, o orçamento participativo irá co-desenhar iniciativas locais e será gerido por um júri independente incluindo empresários, agentes da economia social, trabalhadores do município, cidadãos, etc.
- **Criação de pontos de contacto de financiamento local** para melhorar a divulgação de várias oportunidades de financiamento a nível local e regional dirigidas a organizações sem fins lucrativos, entidades da economia social, etc. Este serviço público ajudaria o setor privado a compreender e identificar melhor os diferentes programas de financiamento. No entanto, é essencial garantir que este serviço seja suficientemente visível e acessível às partes interessadas

<sup>2</sup> O SRPP é a inclusão de cláusulas socioambientais em contratos públicos e/ou licitações com o objetivo de alcançar resultados sociais positivos. Visa abordar o impacto na sociedade dos bens, serviços e obras adquiridos pelo setor público. Também promove oportunidades de emprego e inclusão social, proporcionando oportunidades aos atores da economia social. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/69fc6007-a970-11ea-bb7a-01aa75ed71a1>



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

e à sociedade civil para que seja útil ao interesse geral. Isso pode ser feito por meio de anúncio no boletim do poder público ou em jornais, ou no rádio, por meio de panfletos ou em evento público com a presença de diversos interessados.

- **Facilitar o trâmite burocrático para acessar os fundos** através da diminuição do ônus administrativo. As autoridades públicas podem oferecer apoio às agências dos candidatos para simplificar os procedimentos burocráticos. Ao apoiar entidades do setor privado, o município fornecerá informações claras, tornando os fundos acessíveis e digeríveis.
- **Facilitar os pagamentos para a implementação de projetos** oferecendo medidas de pré-financiamento no início da implementação do projeto, uma vez que muitas vezes os atores da economia social, sendo organizações sem fins lucrativos, não têm recursos financeiros suficientes para cobrir os custos de arranque das atividades do projeto e esta situação cria dificuldades para o impacto esperado configurado.

## 2.4. Sensibilização

Existe uma necessidade específica de divulgar a economia social a nível local e regional, dar-lhe mais visibilidade e criar mais oportunidades para mudar a mentalidade das empresas e das comunidades. A promoção da economia social pode concretizar-se através de um amplo leque de ações de sensibilização organizadas conjunta e/ou separadamente pelos dois setores.

- **Promoção de histórias de sucesso e boas práticas** a nível local, regional, nacional e, por vezes, internacional. Isto pode ser feito de forma diferente e pode assumir várias formas (por exemplo, pequenas histórias em vídeo, campanhas de comunicação) com a participação de uma grande variedade de stakeholders envolvidos em diferentes setores de atividade para atingir um público bastante amplo e variado. Assim, as histórias de sucesso e as boas práticas podem ser divulgadas em eventos públicos, nas revistas/jornais dos municípios, nas redes sociais dos municípios, na rádio, etc.
- **Desenvolvimento de embaixadores da economia social** para a promoção da economia social nas suas próprias comunidades. Basicamente, em estreita colaboração, os setores público e privado poderiam desenvolver esta ação criando uma equipe de voluntários com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre economia social a



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

nível local e regional. Cada voluntário deve ser treinado para transmitir esse conhecimento ao público durante alguns eventos específicos, mercados locais, festivais, etc.

- **Criação de rótulos de economia social** para identificar e reconhecer diretamente os atores da economia social. Um selo seria uma oportunidade para essas estruturas, pois lhes permitiria obter reconhecimento por seus trabalhos e ações desenvolvidas e aumentar sua visibilidade. Através desta iniciativa, os stakeholders e o público em geral podem distinguir as entidades que combinam com sucesso a atividade económica com o compromisso social para obter um impacto positivo e alcançar uma comunidade mais sustentável, resiliente e inclusiva.
- **Organização de missões sociais locais e regionais** para garantir certa continuidade no projeto em pequena escala para atender de forma concreta as expectativas das comunidades. Estas missões sociais podem ter um tema específico e envolver representantes do setor privado e público para uma visita de estudo de um dia ou apresentações de projetos, troca de boas práticas, sessões de brainstorming, workshops, etc.

## 2.5. Sustentabilidade

É essencial fornecer as ferramentas e oportunidades necessárias para desenvolver as entidades da economia social e garantir que elas possam desenvolver ainda mais seus negócios e, conseqüentemente, seus territórios e comunidades.

- **Aumentar o número de atores da economia social**, informando o público em geral sobre economia social e modelos de negócios sociais. Sessões públicas e formações sobre empreendedorismo social, gestão da diversidade, etc. podem ser propostas para os interessados, mantendo o foco na juventude para enfrentar o problema do envelhecimento da população e do movimento de jovens das áreas rurais para as urbanas. Estas sessões e formações podem ser adaptadas às necessidades das comunidades e tendo em conta a parceria existente entre municípios, universidades e/ou centros de formação.
- **Desenvolvimento de um sistema de monitorização** para garantir a sustentabilidade dos atores da economia social e o alcance dos seus objetivos. Os municípios podem cooperar com especialistas em



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

economia social e negócios a nível local e regional para oferecer sistemas de monitoramento onde mentores e pupilos possam se encontrar. Isso ajudará a identificar melhor os objetivos e um calendário online com prazos e reuniões pode ser oferecido para ajudar os atores da economia social a atingir as metas e indicadores.

- **Organização de feiras de economia social** onde estarão reunidas entidades da economia social, autoridades públicas e organizações com fins lucrativos. Estas feiras permitirão aos atores da economia social mostrar os seus produtos, bens e serviços, fomentar parcerias transacionais e aumentar a compra sustentável. Estas feiras podem ser combinadas com um evento público com o objetivo de atingir um público amplo e padronizar a economia social na mente e na prática das pessoas.
- **Criação de um catálogo online de produtos, bens e serviços** prestados por entidades da economia social à administração pública, entidades públicas e entidades com fins lucrativos. O uso de ferramentas digitais apoiará o aumento de vendas social e ambientalmente responsáveis. Este catálogo online pode ser criado pelas administrações públicas e através dos inúmeros intercâmbios e reuniões, podem atualizá-lo de acordo com o setor de atividade e a área geográfica.

### 3. Conclusão

“O compêndio de diretrizes para o desenvolvimento dos planos de ação social” fornece um quadro comum para desenvolver o plano de ações sociais em cada contexto comunitário e uma base para o desenvolvimento do WP3 “Desenvolvimento de planos de ação locais de economia social com a cooperação de atores da economia social e partes interessadas (públicas e privadas) em todas as comunidades locais alvo”. Esta diretriz é uma ferramenta útil que descreve uma série de iniciativas com o objetivo de aprimorar a governança público-privada e o envolvimento de várias partes interessadas por meio do estabelecimento de uma forte cooperação entre administrações públicas, cooperativas sociais, culturais, ambientais, PMEs e partes interessadas em cada comunidade local-alvo . Com efeito, propõe uma multiplicidade de ações a adotar para os planos de ação social, tendo



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*

## D2.3: Compêndio de diretrizes

---

em conta vários aspetos como o networking e desenvolvimento de parcerias, recursos humanos, apoios públicos, sensibilização e sustentabilidade.

Finalmente, cada comunidade local irá desenvolver o seu próprio plano de ação social local com base neste compêndio de diretrizes considerando características de contextos, problemas, necessidades e desafios locais. Os planos de ação social serão um instrumento para as autoridades locais, entidades da economia social e outras partes interessadas estabelecerem uma visão, objetivos e estratégias comuns claros com o objetivo de apoiar medidas de dinamização da economia social. Portanto, esta parceria entre representantes dos setores público e privado permitirá que os ecossistemas locais de economia social promovam um desenvolvimento mais resiliente, inclusivo, verde e sustentável nas comunidades-alvo do projeto BREED.



Co-funded by  
the European Union

Projeto RAÇA | Acordo de Subvenção n. 101074094 — RAÇA — SMP-COSME-2021-RESILIÊNCIA

*O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um endosso do conteúdo, que reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas.*